



EAD E ENSINO DE GEOGRAFIA: A POLÍTICA DA ESCALA E A ESCALA DA POLÍTICA

Hindenburgo Francisco Pires/ UERJ

hindenburgo@uerj.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os impactos das políticas de escalas e as escalas das políticas empreendidas pelos governos estaduais e federal no Brasil, através da modalidade do Ensino a Distância (EAD), no ensino universitário de Geografia. O objetivo é revelar os impactos dessas políticas: nas estratégias de gestão; no desenho de currículos; no desenho de cursos; na oferta de cursos universitários de Geografia a distância; nas relações de trabalho; no suporte aos estudantes.

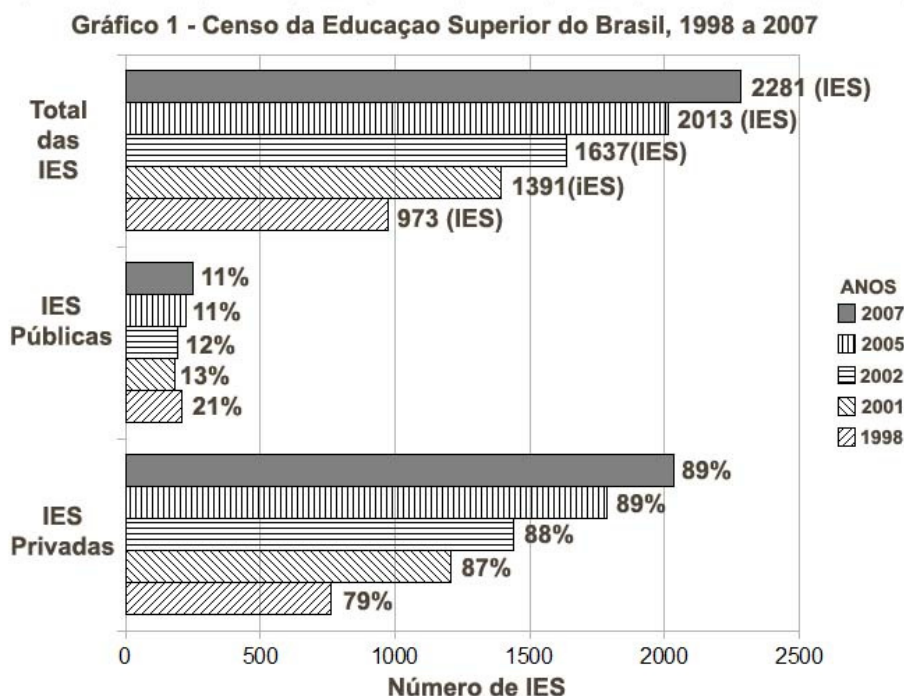
A idéia é debater e contrapor outras práticas e experiências pedagógicas desenvolvidas para a constituição de cursos universitários de qualidade na Europa, a partir de orientações recentes oferecidas pela Associação Européia das Instituições Universitárias de Educação a Distância – EADTU.

No Brasil, um dos programas federais para execução da política de implementação da EAD é o Pró-Licenciatura. Na Europa, um dos documentos bases de implementação da EAD é o manual “Quality Assessment for E-learning a Benchmarking Approach”, publicado pela EADTU. Assim, esta pesquisa contribui para ampliar o estudo de novas práticas e experiências pedagógicas no ensino universitário de Geografia.

2. A Política da Escala e sua Mediação Tecnológica

No atual período do governo (2003-2009), presenciamos a continuidade das políticas de redução da participação do estado no atendimento das demandas sociais por “serviços” de educação superior e formação profissional.

Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que levantou o número de Instituições de Educação Superior no Brasil em 2007, as Instituições de Educação Superior –IES privadas já respondiam por 89% (Gráfico1) da oferta de cursos de educação superior.¹



Durante parte do período de FHC (1998-2002), a intensificação das políticas neoliberais de desregulamentação e a implementação do Programa Nacional de Desestatização (PND), conduziram ao maior desmonte da participação estatal na oferta de cursos de educação superior, com a redução de 8% nesta participação foi bastante expressiva, esta redução também pode ser atribuída a avaliação efetuada pelo Provão do MEC. As IES privadas representavam 79% do número das IES, portanto tiveram um crescimento de 8% em sua participação neste “mercado”.

Estas políticas proporcionaram a ampliação da “concorrência” e da participação das IES privadas no cenário educacional brasileiro, no final dos anos 90 (PIRES, 2003).

As políticas de ajuste econômico e de contenção de despesas afetaram o crescimento das IES públicas, ocasionando a continuidade do grave déficit da participação das IES públicas na oferta cursos de educação superior e na formação profissional, assim, as IES públicas respondiam por apenas 9,1% da oferta de cursos de educação superior.

¹ É que nos revela o Censo da Educação Superior efetuado pelo INEP: <http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf>, último acesso efetuado em Julho de 2009.

A percepção dos representantes do governo atual, sobre a redução da participação das IES públicas na oferta das demandas sociais por educação superior, mobilizou à formulação de uma política para esta área sem ampliação do orçamento destinado à Educação. Mas então como efetuar a reversão dessa trajetória? Como enfrentar este déficit assimétrico, mantendo quase o mesmo orçamento destinado à educação, na relação Investimento Público Total em Educação por Nível de Ensino x PIB, cuja média de 1998 até 2007 manteve-se em 4,6%²?

Mesmo tendo havido um crescimento extraordinário no PIB, a resposta estaria numa política de ampliação rápida de vagas e elevação da produtividade das IES públicas, através de uma política de “ganhos em escala” e massificadora. Mas como efetuar esta política de escala? Regulamentando a utilização da EAD nas IES públicas e nas IES comunitárias ou confessionais para o desenvolvimento de cursos de graduação a distância.

Esta política de escala passou a ser implementada em grande medida a partir do sucesso dos modelos empreendidos por diversas IES públicas e privadas, tais como o Consórcio CEDERJ, o Projeto Veredas, e a Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE/MEC/SEED) (BERBAT, 2008: 161).

Assim, em 04 de outubro de 2005³, a Secretaria de Educação Básica, conjuntamente com a Secretaria de Educação a Distância SEED resolveram criar o Programa de Formação Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio – Pró-Licenciatura, com dotação orçamentária de R\$ 270 milhões, que foi despendido em quatro anos. Seu objetivo tem sido formar 180 mil professores do ensino fundamental e do ensino médio, que estão nas salas de aula sem a formação exigida por lei.

Segundo Berbat (2008:168):

“Em 24/02/2006, foi publicada a Portaria nº 7, com o resultado final do Processo Seletivo dos Projetos de Cursos de Licenciatura a Distância do Pró-Licenciatura, no qual podemos observar a Geografia Sócio-Espacial de atuação do Pró-Licenciatura.

Foram aprovados 55 Projetos de Cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior, sejam públicas, comunitárias e/ou confessionais para oferecer

² É importante consultar os dados sobre gastos com educação fornecidos pelo INEP: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/xls/gastos_educacao.xls> , acessado em Julho de 2009.

³ No dia 04 de Outubro de 2005, a Secretaria de Educação Básica conjuntamente com a de Educação a Distância, oficializam através de uma Portaria o Pró-Licenciatura: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pro_licen/port_17_18_04_10_05.pdf>, acessado em junho de 2009.

49 mil vagas em 22 Unidades da Federação, a saber: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santos, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Os estados de Piauí, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Acre não foram contemplados”.

Os avanços nas tecnologias de informação e comunicação abriram uma brecha de oportunidade para “as empresas educacionais” que atuam com formação profissional corporativa, principalmente para a implementação dessas políticas de escala.

Além do componente tecnológico importante, cumpre destacar que as experiências de ensino já relatadas (Cederj, Projeto Veredas, UNIREDE hoje Universidade Aberta do Brasil, etc.) possuíam um “apelo propagandístico extraordinário”, pela territorialidade de seu campo de atuação ou escala de sua atuação política.

Em dezembro de 2007, a Assessoria de Comunicação do INEP destacou os números da EAD⁴ no Brasil:

“Os resultados do Censo da Educação Superior de 2006 foram divulgados hoje, dia 19, pelo Inep. Os dados mostram um grande crescimento nos cursos de educação a distância. De 2003 a 2006 houve um aumento de 571% em número de cursos e de 315% no número de matrículas. Em 2005, os alunos de EAD representavam 2,6% do universo dos estudantes. Em 2006, essa participação passou a ser de 4,4%.

As demais modalidades também tiveram aumento, menor nas graduações (8,3% em número de cursos e 5% em número de matrículas) e com destaque nos tecnológicos, que tiveram aumento nas matrículas de 34,3%.”

O INEP/MEC também fornece informações sobre as IES credenciadas e reconhecidas⁵, que estão autorizadas a oferecerem cursos de graduação online. O INEP também tem avaliado as IES que oferecem cursos em EAD em convênios estabelecidos com universidades estrangeiras.

Sempre foi muito forte a preocupação dos setores políticos em querer provar que os resultados são de certo modo medidos mais pelo seu “quantum” do que pelo seu

⁴ Assessoria de Comunicação do INEP, publicou a reportagem: “Educação a Distância cresce mais ainda entre os cursos superiores” <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news07_01.htm>, acessado em Junho de 2009.

⁵ O INEP oferece informações que permite verificar as IES credenciadas e reconhecidas de 2002 até 2007: <http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional/avaliacao_cred_recred.htm> acessado em Julho de 2007.

“qualitum”, ou seja, o escopo da sala de aula deveria ser superado pela escala de atuação das plataformas de gerenciamento de ensino online (Cederj/Sistema Quantum⁶, Unicamp/Teleduc, UFPE-Virtus-, UFRGS/UEL-AdaptWeb⁷, MEC/e-Proinfo, Blackboard, Moodle, etc).

No início do desenvolvimento dessas plataformas, as estratégias de gestão dos cursos de EAD deram mais ênfase às atividades de mediação tecnológicas do que aos processos de mediação pedagógica.

A evasão e o insucesso não eram objetos de análise das assessorias de comunicação, o que importava eram a escala dos resultados e seus números.

A escala da política são as condições materiais e físicas dadas para a realização dos cursos: suporte técnico (helpdesk e acessibilidade online); suporte pedagógico; suporte de recursos (bibliotecas, comunidades de aprendizagem, centro de estudos, navegação); instrumentos de mediação pedagógica; pessoal de recursos.

Procurando elaborar critérios de avaliação da qualidade das propostas, em 2004, o MEC criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (LEI Nº 10.861), com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Especificamente com relação a EAD, em 2005, o MEC constituiu o Grupo de Trabalho EAD no Ensino Superior GTEADES/MEC/SESu, que tinha como missão a elaboração do documento de recomendações “Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional”⁸:

- *“O material de apoio online pode estar disposto em uma Biblioteca Digital (periódicos, livros etc)/Virtual (sites, apresentações etc) cujos materiais estão armazenados em uma base de dados. Em especial, no caso da Biblioteca Digital deve ser discutida a solução institucional mais adequada para acesso ao acervo, ou seja, tunelamento – plataforma cliente-servidor, no qual se possa simular um túnel de acesso ao servidor onde está a base de dados – ou tornar-se um provedor de Internet, por exemplo.*

⁶ Sobre este assunto Cristina Jasbinchek Haguenaer e Telma Pará Pedroso analisaram com profundidade o Sistema Quantum que foi a antiga Plataforma do Cederj, no artigo “Uso de plataformas de gerenciamento de ensino online no ensino à distância e no apoio ao ensino presencial”, Rio de Janeiro, COPENGE 2003. <<http://www.coep.ufrj.br/~telma/docs/EAD946.pdf>>, acessado em Junho de 2009.

⁷ Mais informações sobre o AdaptWeb: <<http://adaptweb.sourceforge.net/>> acessado em Junho de 2009.

⁸ Para consultar este documento visite o site do MEC no seguinte endereço: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/acoes-estrategicas-ead.pdf>> , acessado em Julho de 2009.

- *Identificação do perfil do aluno e caracterização de suas trajetórias de aprendizagem exigem ferramentas para armazenamento e análise de logs do aluno, Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), Sistemas Tutores Inteligentes, ferramentas de controle e retroalimentação de aprendizagem.*
- *Autonomia dos alunos para a constituição de ambientes de aprendizagem exige um ambiente virtual que contenha ferramentas de autoria, mecanismos para comunicação cooperação-coordenação.*
- *Gestão do ambiente de aprendizagem exige que a instituição disponha de ferramentas para gestão pedagógica, tecnológica, administrativa (secretaria) e financeira.*
- *Interação síncrona, assíncrona, democratização da informação, socialização do conhecimento e inclusão digital exige o uso de tecnologias de comunicação como TV Digital, teleconferência, videoconferência (por satélite, ondas de rádio, corrente elétrica) , que são possibilidades tecnológicas de solução.*
- *Acessibilidade à Internet ou a utilização de marcadores é muito bem-vinda, pois desta forma o conteúdo é separado da forma de apresentação e, por conseguinte, ferramentas de acessibilidade que observem a padronização do consórcio W3C podem ser utilizadas.*
- *Experimento em tempo real exige laboratórios físicos disponíveis, e/ou virtuais assim como objetos de aprendizagem para tal fim.*
- *Segurança da informação/privacidade exige sistemas para controle de acesso e/ou sistemas para criptografia de dados.*
- *Certificação digital exige ferramentas de autenticação de conteúdo.*
- *Qualidade de acesso exige que a universidade determine o limite máximo do número de acessos simultâneos e até mesmo o tipo de recursos de áudio e vídeo utilizados, por exemplo.*
- *Atividades colaborativas exigem ferramentas de trabalho cooperativo suportado pelo computador (CSCW) e de aprendizagem colaborativa suportada por computador (CSCL) que possibilitarão o atendimento às necessidades.*
- *Atividades individuais exigem ferramentas e serviços para transferência de dados (áreas de upload e/ou FTP).*
- *Apoio técnico ao aluno/professor exige o planejamento do atendimento aos alunos via helpdesk, telefone, fax etc.*
- *Apoio pedagógico ao aluno/professor requer ferramentas e serviços para gestão da informação, a qual também deverá estar disponível para a equipe de tutoria e monitoria.*

A distribuição geográfica de alunos no território nacional exige disponibilidade de infra-estrutura tecnológica que permita atender igualmente a todos os alunos.”

Ao analisar as relações de trabalho nos cursos de Licenciatura de Geografia em EAD, aprovados pelo Pró Licenciatura, Márcio Berbat, que exerceu a função de Professor Tutor pelo Cederj, efetuou crítica:

“Devido às especificidades do formato de participação da instituição de ensino superior e seus professores no programa Pró-Licenciatura, ou seja, de forma paralela ao funcionamento do curso presencial, podemos dizer que está ocorrendo interpretações e ações voltadas a alterar a relação trabalho docente nessas instituições, principalmente pela maneira como os profissionais são remunerados, através de bolsas sem vínculo trabalhista, fazendo na prática com que muitos professores participem do programa como forma de ampliar o seu orçamento financeiro, esquecendo ou mesmo ignorando a sua participação crítica de professor com atividades de pesquisa e extensão, que nesse momento se confundem de forma substancialmente negativa no âmbito de uma instituição pública de ensino superior.

A atuação do professor tutor, que na verdade é o alicerce docente no funcionamento de cursos de graduação na modalidade a distância, que estão sendo desenvolvidos atualmente no Brasil, parece continuar fora das questões centrais de funcionamento do curso, sendo considerado apenas um “orientador da aprendizagem”, não participando efetivamente da construção do curso, este professor continua a ser utilizado apenas como mediador na condução do aprendizado entre os alunos, via o material didático, utilizando-se para isso de diversos meios técnicos no processo de comunicação.”

Para este Grupo de Trabalho (GTEADES/MEC/SESu) a diferença entre Educação Presencial e a Distância “são mais de cunho tecnológico e de meios do que propriamente de fundamentos e objetivos”. As diferenças entre estas duas modalidades educacionais (Quadro1), ocorriam em relação aos contextos e as condições para os seus desenvolvimentos, a educação presencial tem a sala de aula como escopo para suas atividades pedagógicas, já na educação a distância o ambiente virtual de aprendizagem permite a ampliação da escala da sala de aula.

Quadro1 – Diferenças entre Educação Presencial e Educação a Distância

Educação Presencial	Educação a Distância
Ambientes presenciais de aprendizagem	Ambientes virtuais de aprendizagem
Escopo do Projeto – sala de aula presencial	Escopo do Projeto – plataformas em rede
Material didático editado em papel	Material didático editado em meio digital
Atividade de grupo presencial	Atividade de grupo em rede sociais
Rigidez no tempo e no espaço	Flexibilidade no tempo e no espaço
Aprendizagem Individualizada	Aprendizagem Colaborativa
Bibliotecas presenciais	Bibliotecas Virtuais
Interfaces do Professor – Giz, quadro e projetor de slides	Interfaces do Professor – Tecnologias multimídias, lousa digital em rede
Interfaces do Aluno – Lápis, papel, caderno e livros	Interfaces do Aluno – Computador, chats, fóruns online e ebooks
Formas de Interação - Assíncrona	Formas de Interação - Síncrona
Cultura acadêmica oral – Jornais, mídia fria, grupos de discussão, fóruns presenciais e aulas expositivas	Cultura acadêmica virtual – Internet, chats, fóruns online, redes sociais colaborativas e videoconferências
Ênfase na mediação pedagógica presencial	Ênfase na mediação pedagógica em rede

O que atualmente presenciamos é o avanço e a migração digital gradual na educação presencial, esta modalidade tem utilizado cada vez mais inovações e interfaces tecnológicas (AVAs, lousa digital, redes sociais, blogs, projetor multimídia, internet, objetos de aprendizagem) do processo de mediação pedagógico que comumente era apenas empregado na educação a distância.

3. Avaliação de Qualidade em EAD: Um pequeno estudo sobre proposta da Associação Européia das Instituições Universitárias de EAD

Em 2009, a Associação Européia das Instituições Universitárias de EAD, publicou o manual “Quality Assessment for E-learning a Benchmarking Approach”. Este trabalho foi concebido para oferecer algumas orientações (33) fundamentais para a avaliação da qualidade em cursos de EAD.

A idéia é garantir um conjunto de instrumentos e indicadores de avaliação de qualidade que abranja aspectos pedagógicos, organizacionais e técnicos para a realização de cursos em EAD, com ênfase em acessibilidade, flexibilidade e interatividade em programas de educação e cursos superiores.

Estas orientações valorizaram as experiências em EAD que apresentassem as

seguintes características: ensino aberto, aprendizagem a distância, ensino online, acessibilidade aberta, suporte multimídia, mobilidade virtual (UBACHS, 2009:17), comunidades de aprendizado etc.

Na confecção dessas orientações trabalharam 12 especialistas de várias instituições universitárias europeias, com o intuito de revelar suas experiências na implementação e no desenvolvimento da EAD.

O manual está estruturado em 6 partes, que tratam dos seguintes aspectos (UBACHS, 2009:19):

- I) estratégias de gestão;
- II) desenho de currículos;
- III) desenho de cursos;
- IV) oferta de cursos;
- V) pessoal de suporte;
- VI) suporte aos estudantes.

I. Estratégia de gestão – Nesta parte as principais estratégias a ser desenvolvidas são: a) a instituição pode ter uma política e uma estratégia para o desenvolvimento de EAD (blends), que incluam o aperfeiçoamento e a promoção não apenas da infraestrutura tecnológica mas também do pessoal envolvido, para isso são necessárias pesquisas sobre inovação em EAD; b) definir uma política de desenvolvimento de currículos, pesquisa de necessidades, com treinamento de pessoal e desenvolvimento tecnológico etc.; c) definir uma política que garanta um sistema eficaz de gestão da informação; d) promover parcerias através do trabalho colaborativo dos atores envolvidos, com papéis e responsabilidades claramente definidos entre todos os participantes.

No Brasil, o INEP através do SINAES desenvolve programas de avaliação das IES, para o estabelecimento e a definição de políticas voltadas para assegurar a qualidade e o emprego de recursos que viabilizem a adequação e a implantação de infraestrutura física e técnica da EAD.

Neste item, o ponto que merece destaque é a valorização do pessoal envolvido, pois o processo de precarização das relações de trabalho é fato inegável nas IES tanto públicas quanto as privadas, que adotaram a EAD como estratégia de crescimento. Para estas, muitas vezes o objetivo tem sido massificar (BELLONI, 1999), ampliar oferta da prestação de seus serviços a uma escala maior do “mercado educacional” e disseminar o uso de novas tecnologias educacionais baseadas em softwares proprietários ou de

código fechado (PIRES, 2003).

II. Desenho de currículos – O desenho de currículos engloba questões e preocupações relativas a: flexibilidade; desenvolvimento de uma comunidade acadêmica; aquisição de habilidades e conhecimentos e procedimentos de avaliação. Este item é considerado um fator-chave na avaliação da qualidade dos cursos de EAD.

O desenho dos currículos pode oferecer: a) programas modulares; b) flexibilidade no espaço (pólos com pontos de acesso a internet) e no tempo de estudo, flexibilidade para iniciar e completar os cursos; c) construção de uma forte comunidade acadêmica principalmente de estudantes, através de estratégias de motivação de jovens estudantes universitários; d) integração de conhecimentos e especialidades desenvolvidas. É preciso ter especialistas e laboratórios nos locais onde serão implementados os cursos em EAD.

Não basta criar pólos e criar uma estrutura administrativa não acadêmica, é preciso ir além, ou seja, é necessários ter especialistas e laboratórios.

III. Desenho de curso – O desenho do curso pressupõe a reflexão sobre as seguintes metas a serem alcançadas: elaboração de desenho pedagógico; desenho do curso; produção e design de materiais; avaliação do acesso.

Nesta parte foram sugeridas algumas orientações para confecção de desenho de curso: a) os cursos devem ter claro suas propostas de aprendizagem e os resultados a serem adquiridos de conhecimento e habilidades; b) deve existir coerência entre as estratégias de EAD, o escopo de materiais e o método de avaliação utilizado; c) os cursos devem ser desenhados para fomentar a aprendizagem ativa, para facilitar o estudo individual, para dar suporte e interação a comunidades de aprendizagem, prover conteúdos para pessoas com necessidades educacionais, ser sensível à diversidade cultural dos grupos interessados, refletir e avaliar através do acompanhamento dos conteúdos propostos; d) os cursos devem fortalecer mecanismos de interação sincrônicos e assíncrônicos entre tutores e estudantes; e) o desenho do curso deve ser elaborado por uma equipe de especialistas acadêmicos e técnicos.

A coerência das estratégias de EAD, principalmente em relação ao público alvo, garante uma melhor eficácia no processo de avaliação. O acompanhamento, a interação e a acessibilidade são importantes componentes da mediação pedagógica.

IV. Oferta de cursos – Esta parte trata dos aspectos técnicos para a oferta de cursos, e da interface tecnológica através da qual os estudantes recebem seus materiais de curso e comunicados sobre pessoal e bolsa de ensino. Os aspectos pedagógicos da

oferta de curso incluem o desenho do curso e o suporte a estudantes.

Nesta parte foram sugeridas algumas orientações e diretrizes: a) a infra-estrutura de manutenção do sistema de EAD deve se ajustar academicamente à proposta e ao suporte das funções administrativas. As especificações técnicas devem estar baseadas em pesquisas sobre as demandas de manutenção e envolvem uma estimativa realista do sistema de uso e de desenvolvimento; b) a confiabilidade e a segurança da oferta de cursos deve ser rigorosamente testada, medidas apropriadas devem estar disponíveis para recuperar uma eventual falha ou colapso do sistema; c) é preciso prover a manutenção do sistema, monitorando e avaliando sua performance; d) o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) deve ser apropriado ao modelo pedagógico adotado e às demandas dos usuários; e) o AVA deve prover informação e serviços para todos os usuários, de forma lógica, consistente e confiável. Todos os usuários devem ter suas informações e privacidade garantidas; f) o material e a informação acessíveis via AVA devem ser regularmente monitorados, revistos e atualizados. A responsabilidade por isto deve ser claramente definida, e os responsáveis devem prover o sistema de acesso seguro e apropriado para permitir que a revisão e atualização ocorra.

A preocupação com a usabilidade e operabilidade do AVA é um fator crucial para o bom desempenho das atividades realizadas através da EAD.

V. Pessoal de suporte – As Instituições de EAD devem prover o pessoal com a necessária formação para o suporte pedagógico e a oferta do ensino acadêmico de alta qualidade. A equipe deve estar preparada para atuar tanto em termos administrativos como em termos acadêmicos. O objetivo do suporte é capacitar todos os membros do pessoal acadêmico e administrativo a contribuir no aperfeiçoamento e no desenvolvimento da EAD.

Nesta parte também foram sugeridas algumas recomendações: a) todo o pessoal que atua no suporte (acadêmico, administrativo e tecnológico) necessita ter seus papéis bem definidos; não é preciso ser um técnico especialista para isso; b) a pesquisa sobre desenvolvimentos pedagógicos deve ser considerada atividade de alto status dentro da instituição para a garantia da alta qualidade na oferta de EAD. Para isso, devem ser disseminadas boas práticas na atividade de suporte, deve ser incentivado o desenvolvimento da carreira profissional refletindo uma cultura da EAD; c) a instituição deve incentivar o pessoal de suporte a participar de atividades e programas sobre direito e propriedade intelectual, levando em consideração a gestão e a oferta de programas de cursos; d) a instituição deve assegurar que o suporte administrativo seja adequado e

avaliado pelo pessoal acadêmico, principalmente o tempo destinado a tutoria.

O que os autores do manual chamam de Pessoal de Suporte prefiro chamar de Equipe de Trabalho Colaborativo. A flexibilidade no exercício das atividades é um dos pontos fortes desta recomendação, outro ponto forte é a pesquisa para desenvolvimento pedagógico, ou seja, a mediação pedagógica é profundamente considerada. A valorização da carreira profissional também ser considerada. Não adianta ter professores/tutores mal pagos, sem chance de progressão profissional nas IES.

VI. Suporte a estudantes – O suporte aos estudantes deve preencher os seguintes requisitos: suporte técnico (helpdesk e acessibilidade online); suporte pedagógico; suporte de recursos (bibliotecas, comunidades de aprendizagem, centro de estudos, navegação); pessoal de recursos.

Nesta parte as recomendações sublinharam as seguintes ações: a) os estudantes devem possuir um quadro claro do programa e do material básico a ser adquirido. Devem receber informações sobre como operar com os ambientes virtuais de aprendizagem, sobre o conhecimento necessário para operá-los, sobre a natureza do programa, sobre a variedade de métodos de aprendizagem a ser usados, sobre a provisão de suporte existente, sobre os meios para obtê-los, inclusive taxas; b) aos estudantes de EAD devem ser oferecidos manuais com: direitos e responsabilidades institucionais, descrição completa do curso ou do programa; informações sobre meios que eles possuem para o acesso e operacionalização de sua formação; c) os estudantes devem ter acesso aos recursos de aprendizagem equivalentes ao que existe no campus da Universidade, tais como: acesso aos recursos da biblioteca, suporte para o trabalho colaborativo online, aconselhamento para melhor escolha de cursos e progressão através do programa, identificação de seus contatos acadêmicos (tutores/elaboradores do cursos), acesso ao helpdesk e ao suporte administrativo, oportunidade de receber a troca formal de experiências sobre o curso, procedimentos para manipular e resolver algumas dificuldades; d) aos estudantes deve ser oferecida a atualização de informações sobre serviços de suporte habilitados e acessíveis; e) revelar ou deixar claro que é importante a participação dos estudantes em comunidades online, principalmente em relação ao curso e ao conteúdo do programa.

4. Por uma Prática de Ensino de Geografia para o Século XXI

Depois de apresentarmos um conjunto de orientações e recomendações para a

implementação dos cursos em EAD, cumpre perguntar em relação a implantação dos cursos de Licenciatura de Geografia em EAD credenciados pelo Pró-Licenciatura, será que a disciplina Prática de Ensino em Geografia foi preparada para enfrentar os desafios introduzidos pela mediação tecnológica e pelas inovações pedagógicas do paradigma da EAD?

O desenho dos currículos dos cursos de Prática de Ensino em Geografia deve preparar professores a saberem utilizar e produzir, conforme foi sugerido pelo GTEADES/MEC/SESu:

- a. do ponto de vista tecnológicos - AVAs para videoconferência, tecnologias multimídias e interfaces tecnológicas, lousa digital, objetos de aprendizagem (RIVED-MEC);
- b. do ponto de vista pedagógico - materiais didáticos adequados para cursos online, redes sociais colaborativas para o desenvolvimento da aprendizagem, condições para o avaliação e o acompanhamento interativo (Helpdesk, 0800, Fax).

Numa reflexão próxima a essa sobre “A Mudança de Paradigma na Formação dos Professores”, Carvalho (2007) argumenta:

“No momento em que atingimos níveis bastante elevados de desenvolvimento tecnológico, devemos capitalizá-los para a educação, melhorando o perfil acima apresentado no que tange à formação dos educadores, e conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. A utilização de tecnologias da informação pode ser aliada no processo de reversão do quadro existente, sendo a modalidade a distância um instrumento que possivelmente é capaz de viabilizar essa reversão”.

As redes sociais constituem uma forma inovadora e poderosa de fortalecimento da identidade dos grupos de estudo e pesquisa, portanto devem se torna parte da precondição para a formação de educadores e para o desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa, ou seja, estas devem ser incentivadas e consideradas como essencial para a formação de uma cibercultura educacional.

A escala da política ou a estratégia de gestão deve ser colocada antes da política da escala, porque é colocada como condição para a garantia da qualidade dos cursos de EAD, a exigência do acesso aos recursos de aprendizagem equivalentes ao que existe no campus não virtual da Universidade, ou seja, a virtualidade e a mediação tecnológica não se sobrepõe a concretude dos processos que asseguram a verdadeira mediação pedagógica.

Conclusões

Com a expansão do processo de migração digital na área de Educação, a diferença entre educação presencial e educação a distância, está cada vez mais sendo reduzida.

A despeito de todos os avanços alcançados nos usos de novas tecnologias de informação e comunicação, direcionadas para o desenvolvimento da educação, ainda estamos vivenciando um cenário de perda de princípios éticos na constituição dos projetos de EAD e de crescente mercantilização do ensino a distância, oferecido na internet pelo sistema pay-per-learn (PIRES, 2003).

Cresce o número de cursos a distância que não atendem as recomendações internacionais de qualidade, mais orientados para a implementação de lucrativas políticas de escala. Nestes cursos as relações de trabalho estão sendo cada vez mais precarizadas, a categoria dos professores é destituída de suas conquistas trabalhistas.

O processo de avaliação é substituído por modelos de instrução programada. A mediação pedagógica é negligenciada em detrimento de mediação tecnológica corporativa e gerencial.

Não há esforço em se produzir redes sociais colaborativas de aprendizagem. O material didático é uma montanha de conteúdos sem relação com as atividades de mediação pedagógica.

É por isso que o pretense paradigma da EAD passou a ser tão desacreditado.

Neste contexto, os grandes desafios que se colocam para o ensino de Geografia no século XXI são:

- introduzir inovações pedagógicas e conceituais;
- fortalecer o crescimento de redes sociais colaborativas para o desenvolvimento da aprendizagem;
- estimular a mediação pedagógica em rede;
- e vencer o preconceito no uso de novas tecnologias de educação.

Bibliografia

Belloni, Maria Luiza. Educação a Distância, Campinas, Editora Autores Associados, 1999.

Berbat, Marcio da Costa. Formação de Professores de Geografia na Educação Superior a Distância: Contextos Institucionais em Questão. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Coordenação de Pós-Graduação. Rio de Janeiro, 2008, 253 f.

<http://www.cibergeo.org/artigos/PPGEO_Geografia_UERJ_Marcio_Berbat_08072008.pdf>

Carvalho, Ana Beatriz Gomes. O Curso de Licenciatura em Geografia a Distância no Âmbito do Pró-Licenciatura e a Mudança de Paradigma na Formação dos Professores, In: VII Encontro Nacional da Anpege – Espacialidades Contemporâneas, o Brasil, a América Latina e o Mundo, 2007, Niterói. <

<http://anabeatrizgomes.pro.br/moodle/file.php/1/ARTIGOANPEGE.pdf>> acessado em julho de 2009.

GTEADES/MEC/SESu. “Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional”, Brasília, 2005. <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/acoes-estrategicas-ead.pdf>> , acessado em Julho de 2009.

Pires, Hindenburgo Francisco. Universidade, Políticas Públicas e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação a Distância, Rio de Janeiro, Asduerj, Revista Advir Nº 14, Rio de Janeiro, 2001, p.22-30. < <http://www.cibergeo.org/artigos/ADVIR14.pdf>>

Ubachs, George (Coord). Quality Assessment for E-learning a Benchmarking Approach, EADTU/Associação Europeia das Instituições Universitárias de EAD - Holanda, 2009.